

Associação dos Docentes

Seção Sindical da Andes-SN

# Quousque tandem, abutere Cruesp, patientia nostra?

té onde vai a insensibilidade do Cruesp, após 40 dias de greve? Até quando os reitores abusarão de nossa paciência? Até onde vai o desrespeito a docentes, funcionários e alunos?

Os reitores apresentam, como condição para uma nova reunião de negocia-

ção, a "desativação dos piquetes". No dia 27 de maio, os piquetes não impediram que o Cruesp e o Fórum das Seis se reunissem normalmente!

Na quinta-feira, 1° de junho, houve troca de correspondência entre o Fórum e o Cruesp (p. 2). Apesar da disposição do Fórum em reabrir a negociação, os reitores mantiveram sua arrogância, fingindo ignorar o aumento verificado na arrecadação de maio do



ICMS no estado de São Paulo.

O Fórum estimava que a arrecadação de ICMS em maio seria de 1,703 bilhão de reais. Mas o imposto arrecadado chegou a 1,719 bilhão de reais. O Cruesp previa apenas 1,597 bilhão de reais.

A diferença é de 122 milhões

de reais, ou 7,6% a mais, com impacto proporcional sobre a cota-parte das universidades estaduais. Isso mostra que o Fórum tem razão nas suas contas e que o Cruesp vinha subestimando a evolução do ICMS.

A prepotência não é boa conselheira. Esperemos que os reitores pautem-se pela lucidez, descartando a atitude aristocrática que nada tem a ver com o verdadeiro ambiente universitário.

Greve mantida: exigimos negociação!

A assembléia da Adusp de 1º de junho (foto) discutiu os rumos do movimento e os horizontes prováveis para o futuro próximo. Foram ouvidos relatos de 18 unidades, nas quais se realizaram reuniões setoriais, plenárias e reuniões com diretores. O documento da COP (vide página 4) foi avaliado pela diretoria da Adusp, que apontou várias falhas. Foram ressaltados os ganhos políticos, organizativos e mesmo salariais já conseguidos pelo movimento. A assembléia indicou a urgência de estabelecimento de um calendário de negociações. E, por unanimidade, deliberou pela continuidade da greve.

### Assembléia Geral 2<sup>a</sup>f, 5/6, 15h Anf. Abrahão de Moraes (Física)

2 Junho • 00

## Fórum das Seis aceita negociar, mas repele imposição do Cruesp

Cruesp enviou correspondência ao Fórum das Seis no dia 31 de maio, dispondo-se a realizar nova reunião de negociação "para o dia de amanhã, 1º de junho, em horário e local a serem definidos", condicionando-a, no entanto, à "desativação, em definitivo, de piquetes que inviabilizam atividades em qualquer um dos campi das três universidades".

O Fórum, respondeu em 1/6, reafirmando que existem condições para reunião de negociação. A resposta do Cruesp veio rápida, e não alterou sua posição.

O Fórum, então, respondeu em novo ofício, lembrando que "as condições alegadas pelos reitores são as mesmas presentes na reunião realizada no sábado, 27/5".

Nova correspondência do Cruesp, contudo, apenas reiterou o teor das anteriores.

Por fim, às 22h30 do dia 2/6 o Fórum enviou ofício nos seguintes termos:

O Fórum das Seis não tem nenhum interesse em transformar a relação com o Cruesp em fútil queda de braço.

Refletindo o desejo de um movimento de flagrante legitimidade e justeza, temos insistido em manter um processo contínuo de negociações efetivas das reivindicações de professores e funcionários.

Em lugar de esconder-se atrás de desculpas incompa-

tíveis com as exigidas pela conjuntura, que poder-se-ia interpretar como falta de propostas objetivas adequadas à atual evolução da arrecadação do ICMS, é fundamental, para o futuro da universidade, que o Cruesp passe, imediatamente, a negociar com o Fórum das Seis. Lembramos que os Conselhos Universitários da USP e UNESP recomendaram a constituição de mesas estáveis de negociação entre Cruesp e o Fórum das Seis.

A perspectiva equivocada de tentar atropelar o movimento terá consequências sérias para o trabalho acadêmico. A racionalidade e sensatez do movimento, consubstanciadas nas propostas elaboradas por professores e funcionários, não pode ser respondida com o aviltamento do processo de diálogo, atrelado a pré-condições que tem mais a ver com um ataque ideológico à estrutura sindical do que com a natureza de ações sindicais.

No sentido de recompor a atmosfera de negociação, o Fórum das Seis propõe ao Cruesp uma agenda de rodadas de negociação para 3ª f., (6/6), 5ª f.(8/6) e sábado, (10/6).

Aguardamos uma resposta positiva, que certamente contribuirá para a regularização das relações no interior da universidade.

#### Construindo o 4º Congresso da USP

A Comissão Organizadora do 4º Congresso da USP reuniu-se no dia 2/6, e julgou oportuno rememorar o teor dos congressos anteriores, no sentido de facilitar a construção do próximo.

O 1º Congresso, de 1980, discutiu o estatuto então vigente que, iniciado no calor dos acontecimentos de 1968, foi concluído em 1970, após a cassação dos direitos políticos do reitor e de dezenas de docentes da USP. O 2º Congresso ocorreu em outubro de 1984 e focalizou os mais diversos aspectos da vida acadêmica. O 3º Congresso de 1987 teve as etapas: eleição de delegados de alunos, docentes e funcionários; plenárias temáticas e plebiscito paritário. Algumas deliberações, depois encaminhadas ao CO para a Estatuinte de 1988: a) eleição direta e paritária para reitor e diretor; b)eleição de chefe de departamento decidida por plenária;c) titulação mínima de doutor para exercer esses cargos.

A próxima reunião, aberta a todos os colegas, será no dia 9/6, às 18 h, na sede da Adusp.

#### Moções de Assembléia

Diretor da Educação Física

A atitude tomada pelo diretor da Escola de Educação Física, que decidiu encaminhar à Reitoria uma relação de professores e funcionários, para efeito de punições, recebeu condenação unânime na assembléia da Adusp de 1° de junho.

A assembléia da Adusp repudiou, veementemente, a ação desse diretor, que elaborou uma lista de grevistas. Qualquer forma de pressão sobre professores e funcionários pelo seu envolvimento num movimento grevista legítimo como o nosso é totalmente inaceitável.

#### **Jornalistas**

Já a assembléia realizada no dia 29 aprovou duas moções relacionadas ao movimento dos trabalhadores do setor público estadual por mais verbas para educação e saúde e por melhores salários.

A primeira moção aprovada repudia as agressões sofridas por "repórteres de veículos noticiosos que estavam no exercício de suas atividades nas manifestações de protesto de professores, funcionários públicos e estudantes realizadas na Avenida Paulista e defronte ao Palácio dos Bandeirantes".

A moção afirma, ainda, "a defesa dos princípios democráticos que asseguram a liberdade da imprensa e condenam todo e qualquer ato que atente contra a vida ou ponha em risco o trabalho dos jornalistas durante as manifestações públicas em todo o país".

Professores estaduais

Outra moção é de repúdio às declarações feitas pela secretária estadual da Educação, Rose Neubauer, ao jornal *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 28 de maio.

Na entrevista, a secretária insinuou que os professores não ensinam ("é preciso ensinar"), afirmou que as escolas "não levam a sério a recuperação do aluno" e confessou sua incapacidade para garantir a formação permanente dos professores ("vou demorar um século para capacitar os professores").

A moção dos docentes da USP, além de "repudiar veementemente o desrespeito de Neubauer pelos professores da rede pública estadual paulista", denuncia "a irresponsabilidade dessa secretária em relação aos serviços públicos que ela deveria administrar" e reitera o apoio às reivindicações do professorado estadual em greve.

Foi deliberado ainda que a Adusp deve responder a artigo de André Franco Montoro Filho, também publicado na *Folha de S. Paulo*, em que o secretário estadual do Planejamento defende a tese de que houve aumento de salários para os profissionais da educação.

Junho • 00

# Manifestantes voltam à Paulista, exigindo mais verbas para o setor público estadual

s manobras de intimidação do governo Covas não surtiram efeito. Os trabalhadores do setor público estadual em greve por melhores salários, incluídos os das universidades, voltaram às ruas no dia 31 de maio, ocupando boa parte da Av. Paulista e saindo em animada passeata pela Av. Brigadeiro Luiz Antonio, até a Assembléia Legislativa.

A Central de Movimentos Populares, o MST, os funcionários do Banespa e os estudantes universitários encorparam a passeata, que reuniu mais de 50 mil pessoas. O pessoal da USP formou um bloco alegre e bem-humorado, mais de mil pessoas, que se concentraram na Saúde Pública e saíram em caminhada até o Masp. Na Assembléia Legislativa, os deputados receberam abaixo-assinado de quase 300 mil pessoas contra a privatização do Banespa.



4 Maio • 00

### Reunião do Fórum das Seis com a COP

m resposta a ofício enviado à reitoria da USP, do Fórum das Seis, representado pela diretoria da Adusp, reuniu-se com membros da COP e assessores da reitoria da USP na manhã de 1/6/2000, no prédio da FEA. A finalidade da reunião era esclarecer a contraproposta do Fórum das Seis e oferecer comentários sobre estudo da COP, intitulado "Situação Orcamentária da USP em 2000 e Política de Recursos Humanos", datado de 25/05/00.

Reafirmamos naquela oportunidade que a contraproposta do Fórum das Seis é expressão de um método que, articulando reajuste na data-base com intensidade e periodicidade de reajustes no segundo semestre de 2000 e primeiro semestre de 2001, dá flexibilidade e coerência às negociações. Frisamos que era importante que o Cruesp respondesse com propostas concretas de reajuste na data-base e política salarial explícita.

Na reunião, apresentamos nossos comentários e ressaltamos que nossas observações seriam posteriormente encaminhadas por escrito. Esse texto estará disponível no site da Adusp. Adiantamos aqui, em linhas gerais, os principais aspectos discutidos:

1. No Orçamento do Estado e conforme consta no site da Secretaria do Planejamento, a Universidade de São Paulo tem um total de R\$ 1.064 milhões, no lugar dos R\$ 1.024 milhões com os quais trabalha a COP. Qual o motivo da diferença de R\$ 40 milhões? Os membros da COP aparentemente não estavam informados desta discrepância e prometeram investigar. A as-

Comprometimento com pessoal na USP será de 83%

sessoria da reitoria afirmou que se tratava de verbas com destinação exclusiva, mas isso contraria a descrição apresentada no Orçamento do Estado. Se além da inclusão desses R\$ 40 milhões, os recursos da Lei Kandir/1999 (recebidos no presente ano) forem, como devem ser, incluídos no orçamento de 2000, o comprometimento com pessoal será de 83%.

2. O Conselho Universitário aprovou em dezembro último aumento de 85% para 88% nos gastos com pessoal. Entretanto, ao mesmo tempo, incluiu na alínea de pessoal os gastos com precatórios, que somam cerca de 3%. Ou seja, estamos de volta aos mesmos 85%! Por outro lado, o documento da COP (página 1) afirma que o atual orçamento da USP para 2000 representa aumento de 13,8% sobre o efetivamente recebido em 1999. Seria de esperar algo em torno desse mesmo valor, 13,8%, para o reajuste do montante salarial anual a ser recebido em 2000. Entretanto, a proposta apresentada pelo Cruesp em 27/05/00 representa somente 9,67% de reajuste sobre a massa salarial de 1999. Teria o Conselho Universitário plena consciência desse fato?

3. Os R\$ 20 milhões de atrasados da Lei Kandir/1999 são excluídos do cômputo do comprometimento com os salários. Chamamos a atenção que 85% desses R\$ 20 milhões (isto é, R\$ 17 milhões) são mais do que suficientes para pagar o abono (R\$ 15 milhões). Se estes atrasados fossem contados como receitas de 1999, seria lícito perguntar se a execução orçamentária daquele ano foi a determinada pelo CO.

Excesso de arrecadação é subestimado pela COP-USP

4. O "excesso de arrecadação" é fortemente subestimado pela COP. O cálculo que fizeram usa um aporte mensal que é a média aritmética da estimativa global para o ano de 2000, feita em dezembro/1999. Indicamos que este método fornece resultados ruins, pois desconsidera as sazonalidades e a influência da inflação e do crescimento real, distribuídos ao longo do ano, fatores cruciais em todo o debate. Assim, a estimativa de "excesso de arrecadação" no primeiro quadrimestre obtida pela COP é de cerca de R\$ 5 milhões, enquanto que aquele fornecido por uma metodologia adequada superaria R\$ 20 milhões. Incluíndo-se a diferença de arrecadação já apurada para o mês de maio, o "excesso de arrecadação" ultrapassaria R\$ 25 milhões. Impressiona a insistência da COP e da reitoria em não acrescer um centavo sequer deste excedente àquilo que estava originalmente no orçamento.

5. Muito embora a COP reconheça que há crescimento de 16,5% do ICMS no primeiro quadrimestre de 2000 em relação a igual período de 1999, em nenhum momento este fato é levado em conta nos cenários elaborados por aquela comissão no que diz respeito à possibilidade de reajuste na data-base e política salarial.

6. A COP utilizou de modo equivocado em seu documento o método elaborado pelo Fórum das Seis:

Cenários não levam em conta arrecadação deste ano

- a) Os índices desenvolvidos são razões entre meses consecutivos e não multiplicadores do mês base (janeiro), como feito pela COP. A definição dos índices está clara no texto original;
- b) Os recursos da Lei Kandir/2000, determinados por normas autônomas da arrecadação do ICMS, não estão incluídos no estudo do Fórum das Seis. Este fato foi sublinhado em ofício e também em reunião técnica com o Cruesp.

### Tom Zé esbanja talento e arrebata o público do show

O músico Tom Zé animou a sexta-feira, 2 de junho, com uma apresentação realmente espetacular no gramado da Reitoria (foto). Tom Zé mostrou amplo domínio do palco e empolgou o grande público de estudantes, funcionários e docentes que foi prestigiar o seu talento. A sexta foi um dia de lazer na greve: antes do show, houve churrasco e bebida.

